

Atuação do TCE-PE gera R\$1,1 bilhão de economia para PE em 2024



O trabalho de fiscalização e orientação do Tribunal de Contas de Pernambuco (TCE-PE) produziu um valor estimado de R\$1,1 bilhão em economias para Pernambuco em 2024. O dado – levantado pela Diretoria de Controle Externo (DEX), responsável pelas fiscalizações do TCE-PE – compõe o balanço das ações da instituição no ano.

A análise das licitações permitiu benefícios da ordem de R\$250 milhões. Trata-se de um

trabalho orientador e preventivo, que visa evitar o dano ao erário. Outra parte importante da economia estimada (R\$654 milhões) vem de auditorias feitas nas folhas de pagamento de prefeituras, câmaras de vereadores, órgãos estaduais, entre outras unidades fiscalizadas pelo Tribunal de Contas.

Já a análise dos contratos de energia elétrica de órgãos públicos – também feita de forma cooperativa com os gestores – deve produzir uma economia de R\$40 milhões.

PROCESSOS – Até esta semana, o TCE-PE já havia julgado quase 12 mil processos, sendo 9.163 de aposentadorias ou pensões, 923 de recursos, 483 de auditorias especiais, 380 de prestações de contas e 360 de medidas cautelares.

CAUTELARES – As medidas cautelares são uma das principais formas de atuação preventiva do TCE-PE. São decisões tomadas em caráter de urgência, e concedidas quando há indícios de irregularidades e riscos imediatos ao interesse público.

Foram 359 cautelares, sendo 262 dirigidas às gestões municipais, e 97 à estadual. A maior parte (70%) foi demandada por empresas, cidadãos, partidos políticos e outros agentes externos ao Tribunal de Contas. As demais foram, em geral, formalizadas a partir de pedidos do setor de auditoria do TCE-PE.

TCE-PE faz recomendações ao governo estadual para combate à desertificação



O TCE-PE fez uma série de recomendações para que o Governo do Estado aprimore as ações de combate à desertificação e redução dos efeitos da seca em Pernambuco.

A decisão foi tomada no julgamento de uma auditoria operacional sobre a Política Estadual de Combate à Desertificação e de Mitigação dos Efeitos da Seca nos anos de 2022 e 2023.

Em seu voto, o relator do processo,

conselheiro Carlos Neves, menciona os achados do relatório de auditoria, como a falta de coordenação entre os diferentes níveis de governo, o baixo número de unidades de conservação (UCs) na caatinga (apenas 14% de todas as UCs no estado), e a insuficiência dos recursos investidos no combate à desertificação e na convivência com o semiárido.

No voto aprovado por unanimidade, o conselheiro recomendou à Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade, entre outras ações, a criação do Fundo Estadual de Combate à Desertificação, a ampliação das unidades de conservação da caatinga.

A auditoria foi conduzida pela equipe da Gerência de Fiscalização de Saneamento, Meio Ambiente e Energia do TCE-PE, e fez parte de uma Auditoria Operacional Coordenada Regional que envolveu também os Tribunais de Contas do Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe, e o Tribunal de Contas da União (TCU).

Siga o TCE nas redes sociais

